



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

045323/2024

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acaoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: a42af976-4fef-487f-8ae1-a8def175c9e5

AUTUADO EM	Segunda-feira, 9 de Dezembro de 2024
LOCAL DA AUTUAÇÃO	INFRAESTRUTURA - COMISSAO DE PREGAO II
AUTUADO POR	EVELINE CÂMARA DA FONSECA
INTERESSADO (S)	
PERFIL COMPUTACIONAL LTDA	

RESUMO

Recurso - PE nº 90.139/2024. Processo Administrativo nº 19.945/2024. Empresa: PERFIL COMPUTACIONAL LTDA. CNPJ: 02.543.216/0011-09.

DATA:09/12/2024



RECURSO ADMINISTRATIVO**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO - RJ****Pregão Eletrônico N° 90139/2024**

PERFIL COMPUTACIONAL LTDA., empresa de direito privado, participante do Pregão Eletrônico 90051/2024 (SRP), DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO - RJ, inscrita sob o CNPJ nº. 02.543.216/0011-09, por seu representante legal, vem tempestivamente à presença de V. Sas., com fundamento na Lei Federal nº 14.133 e nº 13.303, de 30 de junho de 2016, oferecer RECURSO ADMINISTRATIVO, nos seguintes termos:

1. SÍNTESE FÁTICA:

- 1.1. A Recorrente participou da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico N° 90139/2024, do tipo menor preço, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO - RJ, que tem por objeto a aquisição de Servidores e Serviços.
- 1.2. Realizado o credenciamento e encerrada a etapa de lances, observados os itens a serem fornecidos, restou provisoriamente vencedora para o objeto, a proposta da empresa **PRIMESTORE COMERCIO DE INFORMATICA**.
- 1.3. Porém, após a apresentação da proposta de preços ajustada, habilitação e demais documentos técnicos, exigidos neste edital, esta Recorrente interpôs INTENÇÃO DE RECURSO frente a proposta da Recorrida (**PRIMESTORE COMERCIO DE INFORMATICA**).
- 1.4. Os tópicos a seguir, relatam de forma inequívoca, o **NÃO ATENDIMENTO** completo da oferta apresentada pela Recorrida.

2. DAS INCONSISTÊNCIAS NA PROPOSTA:

O Edital solicita em seu termo de referência:

Acusação 01:**4.2 Serviços de Instalação:**

4.2.1 A licitante deverá adquirir do fabricante os serviços de instalação e configuração do equipamento do fabricante (**indicar SKU ou partnumber do(s) serviço(s) na proposta**) contemplando no mínimo:

4.2.2 Realizar o planejamento das atividades junto aos técnicos do município para instalação em horário comercial;

Serviços de Instalação:

- Serviços de instalação e configuração do equipamento do fabricante (**indicar SKU ou partnumber do(s) serviço(s) na proposta**)

Observando os Parnumbers apresentados na proposta da Proponente, não identificamos NENHUM partnumber de serviços de instalação.

Item 1 - Servidor		
Part No.	Descrição	Qty
P52534-B21	HPE DL380 GEN 11 - 8 SFF 2 x Intel Xeon Silver 4416+ (20-Core, 2.00 GHz, 165W) 2 x HPE DL380/DL560 G11 High Perf 2U HS Kit 1 x HPE MR416i-o Gen11 SPDM Storage Cntrlr (8Gb cache) 1 x BCM 5719 1Gb 4p BASE-T OCP Adptr 2 x HPE 800W FS Plat Ht Plg LH Pwr Sply Kit 1 x HPE iLO Adv 1-svr Lic 3yr Support 1 x HPE DL3XX Gen11 2U Com Bezel Kit 1 x HPE DL38X Gen10+ 2U CMA for Rail Kit HPE DL3XX Gen11 Easy Install Rail 3 Kit	1
P43331-B21	HPE 64GB PC5-4800B-R Smart Kit	2
P40498-B21	HPE 960GB SATA 6G Read Intensive SFF BC Multi Vendor SSD	2
P26253-B21	HPE ETHERNET 10GB 2P BASE-T	1
P50728-B21	HPE ProLiant DL380 Gen11 SFF Universal Media Bay Kit	1
-	Adaptador Display port para VGA	1
P46171-DN1	Windows Server 2022 Standard ROK HPE edition 16 cores base	1
P46196-B21	Microsoft Windows Server 2022 Standard Edition Additional License 4 Cores	6

Inclusive, no Item 2 (referente ao serviço), o Próprio licitante indica que deve ser indicado o P/N, porém, não o faz.

Item 1.1 – Serviços de Instalação:

- Serviços de instalação configuração do equipamento do fabricante (indicar SKU ou partnumber do(s) serviço(s) na proposta) contemplando:

- A) planejamento das atividades junto aos técnicos do município para instalação em horário comercial;
- B) Desembalar e inspecionar o equipamento, realizando a instalação em rack padrão 19" com a devida energização com os trilhos e cabos ofertados;
- C) Devida conexão de rede e configuração das portas 10Gbps e 1Gbps.
- D) Inicialização, verificação de erros, e atualizações de drivers, firmware e BIOS, caso necessário;
- E) Configurar o gerenciamento remoto, e call home com o fabricante;
- F) Criar e configurar os discos conforme grupos de RAID definidos no planejamento;
- G) Realizar a verificação do planejado com o entregue, e enviar documentação da instalação conforme realizada;

Item 1.2 – Serviço de Migração, configuração e certificação:

- Realizar, após implementação física e lógica dos equipamentos, o serviço de migração e configuração completa dos serviços hospedados nos equipamentos legados para o novo equipamento adquirido;
- Os servidores conterão certificação em conformidade com a norma IEC 60950, Energy Star e Inmetro;

Apenas este item seria o suficiente para seguir com a desclassificação da Recorrida. Todavia, seguiremos a expor a falta de capacidade e observância às necessidades do edital por parte da empresa **PRIMESTORE COMERCIO DE INFORMATICA**.

Acusação 02:

4.6.2 **Apresentar declaração do fabricante ou distribuidor autorizado**, informando que todos os componentes do objeto são novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estão fora de linha de fabricação, e que serão integrados em fábrica, sem quaisquer modificações da licitante;

4.6.3 **Deverá ser indicado na proposta final o SKU ou partnumber pelo menos dos seguintes itens:** Chassi, processadores, memórias, armazenamento, controladora de discos, interfaces de rede, fonte, interface de gerenciamento, **serviço de garantia**, trilhos e serviço de instalação, sob pena de **desclassificação**;

Aqui, mais uma vez, identificamos dois erros que são passíveis de desclassificação.

- 1) Declaração do Fabricante ou Distribuidor - NENHUM documento declaratório foi apresentado
- 2) Partnumbers de Garantia

O edital destaca ainda: 4.5.1 Deve adquirir a garantia do fabricante, por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, considerando a reposição de peças danificadas, mão-de-obra de assistência técnica, e suporte, com atendimento remoto e abertura de chamado em regime **24x7** (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana);

4.5.2 **Deverá ser apresentado SKU ou número de série da garantia ofertada** junto a proposta de preços;

4.5.3 Os serviços de reparo dos equipamentos especificados serão executados, quando necessário, onde se encontram instalados os equipamentos (ON-SITE), em horário comercial;

4.5.4 O prazo máximo para atendimento do chamado no LOCAL deve ser de até **2 (dois) dias úteis após** a sua abertura;

Há uma exigência de SLA claro no edital - Atender aos chamados técnicos no LOCAL até 2 dias, após abertura do chamado.

A garantia padrão da HPE não cobre esse requisito, sendo necessário a aquisição de partnumber específico para tal. Ou seja, o licitante NÃO CONSIDEROU a compra da garantia, ou omitiu a informação.

2.1. Duas coisas ficaram claras após a exposição acima:

- 1) A proposta do licitante **PRIMESTORE COMERCIO DE INFORMATICA** não atende ao edital.
- 2) A empresa Recorrida carece de capacidade técnica para interpretar as exigências ou, omite, propositalmente, informações as quais não tem acesso (Declarações do fabricante).

3. DAS DISPOSIÇÕES EDITALÍCIAS:

3.1. A lei é bastante clara sobre a desclassificação de propostas e documentos que estiverem em desacordo com o edital, estaríamos ferindo regras do edital sem contar no prejuízo para os demais licitantes. (princípio da vinculação ao instrumento convocatório).

“Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos: [...] § 3o É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer

fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.” [Grifou-se]

- 3.2. Perante a Lei, entendemos tratar-se de comprovações importantes que necessariamente deveriam ser apresentados, caso contrário não seriam exigidos na licitação. A ausência de algum documento exigido no edital enseja a emanção do ato administrativo de desclassificação do concorrente, tendo respaldo na lei e princípios da vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, isonomia e indisponibilidade do interesse público. Se uma licitante não demonstrou, da forma prevista no Edital de convocação, o cumprimento dos requisitos relativos à qualificação técnica, econômico-financeira, fiscal e jurídica de habilitação, não tem direito líquido e certo a ser habilitada no certame. Seguindo sim o atendimento das regras que nortearam todo o procedimento licitatório.
- 3.3. Está expressamente contido na lei das Licitações, as vedações aos agentes públicos encarregados dos procedimentos licitatórios. Salienta-se ali, a expressa proibição de tratamento anti-isonômico entre os licitantes em geral. Neste giro, os julgamentos das licitações, devem ocorrer sempre com amparo legal, e muito especialmente como pré-estabelecido no seu instrumento convocatório.
- 3.4. Não pode qualquer licitante ser surpreendido com habilitação de seu concorrente, quando este descumpra comandos que regulam a competição licitatória. É o que está a ocorrer no presente caso, com relação a habilitação como amplamente demonstrado anteriormente.
- 3.5. De outro enfoque, o Edital de Licitação configura a chamada "Lei Interna", as condições ali estipuladas, precípuas ao objeto da licitação, deverão ser cumpridas rigorosamente pelas partes, tanto na fase habilitatória, como no julgamento das propostas e na execução contratual futuras.
- 3.6. Isso porque decorre lógico que eventuais inconformações apresentados pelos licitantes com o exigido no Edital, devem merecer somente uma atitude de parte das Comissões de Licitações, a inabilitação desse concorrente: do contrário, quebra-se os princípios e a legalidade do procedimento e exsurge a possibilidade legal de responsabilização de quem deu causa a ilegalidade.
- 3.7. O saudoso mestre Hely Lopes Meirelles, já definia que a licitação:

Realiza-se através de um procedimento vinculado, no desenvolver do qual a Administração não pode afastar-se das prescrições legais que bitolam a sua tramitação, sob pena de invalidar o contrato subsequente,”

(Direito Administrativo Brasileiro 2a. 00. pág. 251

- 3.8. Adilson Dallari apostila:

"Acreditamos que os elementos verdadeiramente essenciais a qualquer modalidade de licitação e que, por isso mesmo, devem ser considerados como princípios fundamentais deste procedimento são três: igualdade, publicidade e estrita observância das condições do edital.”

(Aspectos Jurídicos da Licitação, Editora Juriscredi Ltda, pág. 33)

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 4.1. Resta claro que as informações apresentadas pela Recorrente são claras e que há, novamente, provas de que a proposta apresentada pela empresa **PRIMESTORE COMERCIO DE INFORMATICA não atende ao edital.**
- 4.2. As condutas da RECORRENTE e de Vossa Senhoria prestigiam, ainda, o Decreto nº 10.024/19 (o Regulamento Federal do Pregão Eletrônico), que determina, em consonância com o previsto na Carta Magna, que a licitação realizada na modalidade de Pregão Eletrônico deve observar estritamente os princípios básicos a que se sujeita a Administração Pública, mormente o do julgamento objetivo, in verbis

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

5. DA CONCLUSÃO

- 5.1. Restando cabalmente comprovado que tanto o produto ofertado pela RECORRENTE, quanto a proposta desta em si e, ainda, seus documentos técnicos, **NÃO ATENDEM** a integralidade dos requisitos e exigências do instrumento convocatório, não faltam motivos de fato e de Direito para que Vossa Senhoria pondere vosso *decisum* de forma a prestigiar os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da seleção da proposta mais vantajosa, recuando na decisão ora tomada, procedendo com a desclassificação da empresa **PRIMESTORE COMERCIO DE INFORMATICA.**
- 5.2. Neste ponto, ante toda a questão fática minuciosamente exposta acima, a RECORRENTE traz à luz, até com findas a dar-lhe ainda mais confiança, segurança e tranquilidade em reverter a decisão proferida, alguns dispositivos legais e doutrinários.
- 5.3. Conforme disposto no artigo 37 da Constituição Federal, colacionado a seguir, sabe-se que os procedimentos de natureza administrativa devem obedecer, de forma integral, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”

- 5.4. Ademais, é cediço que a Lei nº 14.133/21, conforme versa seu artigo 1º, estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras e serviços, no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- 5.5. Além dos órgãos da Administração Pública Direta, submetem-se à Lei nº 14.133/21 os órgãos da Administração Pública Indireta, bem como as sociedades de economia mista e demais entidades controladas diretamente pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal, e pelos administrados, sejam pessoas físicas, sejam pessoas jurídicas.
- 5.6. Em outras palavras, no que tange à contratação junto à Administração Pública, a Contrarrazoante tem ciência e tem em mais alta conta o fato de que todo e qualquer sujeito de direito público e/ou

privado se submete à Lei nº 14.133/21, devendo essa ser integralmente cumprida, respeitada e velada.

- 5.7. Ex positis, cabalmente demonstrada a irregularidade da proposta apresentada pela empresa **PRIMESTORE COMERCIO DE INFORMATICA**. Solicitamos que seja revista a decisão e que haja a desqualificação da proposta.
- 5.8. Em última instancia, que se executem os devidos testes de bancada, os quais serão rigorosamente supervisionados por especialistas, a fim de afastar quaisquer dúvidas presentes.
- 5.9. Se assim não o fizer, que se digne Vossa Senhoria a encaminhar o presente Recurso para Autoridade Superior competente para conhecê-las e, certamente, dar-lhes provimento.

Brasília, 29 de novembro de 2024.

Edvan Dors
Gerente Técnicos de Contas
Perfil Comp

50.359.235/0001-42**PRIMESTORE COMERCIO DE
INFORMATICA LTDA**AV NOSSA SENHORA DA PENHA 595 - SALA
704 TORRE I EDIF TIFFANYCENTER SANTA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO – RJ
Pregão Eletrônico Nº 90139/2024

Senhor pregoeiro

Por meio deste documento, apresentamos as CONTRARRAZÕES em resposta ao recurso interposto pelas empresas PERFIL COMPUTACIONAL LTDA objetivando esclarecer e justificar a decisão desta administração que reconheceu a PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA como a empresa vencedora.

Recurso interposto pela empresa PERFIL COMPUTACIONAL LTDA

Acusação 01:*4.2 Serviços de Instalação:*

4.2.1 A licitante deverá adquirir do fabricante os serviços de instalação e configuração do equipamento do fabricante (indicar SKU ou partnumber do(s) serviço(s) na proposta) contemplando no mínimo:

4.2.2 Realizar o planejamento das atividades junto aos técnicos do município para instalação em horário comercial;

Serviços de Instalação:

- Serviços de instalação e configuração do equipamento do fabricante (indicar SKU ou partnumber do(s) serviço(s) na proposta)

Observando os Penumbras apresentados na proposta da Proponente, não identificamos NENHUM partnumber de serviços de instalação.

Nossas considerações :

Acusação 02:

4.6.2 Apresentar declaração do fabricante ou distribuidor autorizado, informando que todos os componentes do objeto são novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estão fora de linha de fabricação, e que serão integrados em fábrica, sem quaisquer modificações da licitante;

4.6.3 Deverá ser indicado na proposta final o SKU ou partnumber pelo menos dos seguintes itens: Chassi, processadores, memórias, armazenamento, controladora de discos, interfaces de rede, fonte,

50.359.235/0001-42**PRIMESTORE COMERCIO DE
INFORMATICA LTDA**AV NOSSA SENHORA DA PENHA 595 - SALA
704 TORRE I EDIF TIFFANYCENTER SANTA

interface de gerenciamento, serviço de garantia, trilhos e serviço de instalação, sob pena de desclassificação;

Aqui, mais uma vez, identificamos dois erros que são passíveis de desclassificação.

- 1) Declaração do Fabricante ou Distribuidor – NENHUM documento declaratório foi apresentado
- 2) Partnumbers de Garantia

Nossas considerações :

Agarra-se essencialmente a formalismos para tentar defender exclusivamente seus interesses , sem apontar nada que desabone nossa proposta comercial .

Todos os pontos questionados pela Recorrente se referem a comprovações de contratos de garantia , que somente no momento da entrega do equipamento poderá de fato ser comprovado .

Concluimos que as razões apresentadas pela Recorrente são infundadas e demonstram desconhecimento. A PRIMESTORE reitera a legalidade de sua vitória no processo licitatório e solicita à autoridade administrativa que mantenha a decisão original, aplicando as medidas cabíveis à Recorrente pela apresentação de argumentos falhos e desprovidos de fundamento legal.

Por fim, é importante destacar que a Recorrida não apenas elogia o trabalho realizado até o momento pela Comissão de Licitação, mas também enfatiza que sua decisão se baseia estritamente no respeito às regras estabelecidas quando do lançamento do edital, as quais eram amplamente conhecidas por todos os participantes do Pregão.

CONCLUÍMOS, PORTANTO, QUE A INTENÇÃO DA RECORRENTE CLARAMENTE TEM O PROPÓSITO DE ATRAPALHAR O ANDAMENTO REGULAR DO PROCESSO LICITATÓRIO COM ARGUMENTOS INFUNDADOS, CUJA ACEITAÇÃO DISTORCERIA A FINALIDADE DA LEI DE LICITAÇÕES, QUE PREVÊ ESSA DISPOSIÇÃO.

Conforme relatado pelo Jornal Valor, em 15/01/2016, o Estado do Espírito Santo foi pioneiro ao condenar uma empresa por perturbar o andamento de processos de licitação com base na Lei nº 12.846, conhecida como Lei Anticorrupção. Até então, era comum aplicar a Lei nº 10.250, a Lei do Pregão Eletrônico. Existem duas suspeitas: a empresa participou apenas para atender ao número mínimo exigido de licitantes em um acordo com outra concorrente ou, então, ingressou com o único

50.359.235/0001-42**PRIMESTORE COMERCIO DE
INFORMATICA LTDA**AV NOSSA SENHORA DA PENHA 595 - SALA
704 TORRE I EDIF TIFFANYCENTER SANTA

propósito de tumultuar o processo licitatório, uma vez que não tinha qualquer capacidade técnica para cumprir o contrato. O artigo 5º da referida Lei estipula que "constituem atos lesivos (...)" e, no tocante a licitações e contratos, inclui "b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público". A empresa foi multada em R\$6.000,00, o valor mínimo previsto, devido à sua condição de microempresa.

DO PEDIDO

Em vista do exposto, solicitamos que o recurso proposto seja totalmente indeferido devido à inaplicabilidade de suas escassas alegações. Além disso, pedimos que as argumentações apresentadas por nós sejam aceitas, a fim de que a decisão que declarou a PRIMESTORE COMERCIO DE INFORMÁTICA como vencedora do certame seja mantida, permitindo o prosseguimento das demais fases de adjudicação e a posterior homologação do objeto licitado.

Solicitamos deferimento.

Atenciosamente,



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

DESPACHO

Processo Licitatório nº 19.945/2024, referente ao Edital do Pregão Presencial nº 90.139/2024, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO de empresa especializada para o fornecimento de servidores de TI com os serviços de instalação, serviço de migração e configuração, certificação e garantia para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.

Trata-se de **RECURSO** interposto, **tempestivamente**, pela empresa **PERFIL COMPUTACIONAL LTDA.**, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa **PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA.**, no Pregão Eletrônico n.º 90.139/2024.

I. DO RELATÓRIO

I.a. DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do PE nº 90.139/2024, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa **PERFIL COMPUTACIONAL LTDA.**, doravante denominada Recorrente, contra a decisão do Pregoeiro que classificou a empresa **PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA.**, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

I.b. DO RECURSO

A Recorrente, também de forma tempestiva, interpôs, por meio do Sistema, recurso objetivando a reconsideração da decisão de habilitação, conforme síntese das alegações a seguir:

- i.) Não se identifica na proposta da empresa habilitada “SKU ou partnumber de serviços de instalação”, o que não atende ao item 4.2.1 do Edital;
- ii.) Não se identifica na proposta da empresa habilitada “declaração do fabricante ou distribuidor autorizado, informando que todos os componentes do objeto são novos (sem uso, reforma ou recondicionamento), que não estão fora de linha de fabricação, e que serão integrados em fábrica, sem quaisquer modificações da licitante”, o que não atende ao item 4.6.2 do Edital;
- iii.) Não se identifica na proposta da empresa habilitada “SKU ou partnumber de serviços da garantia ofertada”, o que não atende aos itens 4.5.2 e 4.6.3 do Edital;
- iv.) Por fim, a recorrente afirma que a garantia padrão da HPE não cobre o requisito de atendimento aos chamados técnicos no local em até 2 dias, após abertura do chamado, o que não atende ao item 4.5.4 do Edital.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

I.c. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, tempestivamente, por meio do Sistema, apresentou suas contrarrazões rebatendo as alegações do recurso apresentado pela recorrente, conforme as seguintes considerações em síntese:

- i.) Todos os pontos questionados pela Recorrente se referem a comprovações de contratos de garantia, que somente no momento da entrega do equipamento poderá de fato ser comprovado;
- ii.) As razões apresentadas pela Recorrente são infundadas e demonstram desconhecimento, tendo o propósito de atrapalhar o andamento regular do processo licitatório.

II. DAS PONDERAÇÕES DO PREGOEIRO

A discussão gira em torno do momento em que devem ser atendidos os requisitos e exigências do instrumento editalício, pois, conforme afirma a Recorrida, se caso puderem ser comprovados no momento da entrega do equipamento, não se vislumbra a necessidade de que compoñham a proposta, podendo ser entregues posteriormente sem que haja qualquer prejuízo ao procedimento licitatório e à Administração.

Caso contrário, se o atendimento aos requisitos editalícios tiverem que ser cumpridos e comprovados na fase de apresentação das propostas, vislumbra-se que a recorrida não atendeu aos requisitos mínimos previstos no instrumento convocatório, o que tornaria sua habilitação irregular.



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

Faz-se necessário ressaltar o teor da Súmula 272 do TCU, a qual veda exigências que onerem os licitantes:

SÚMULA TCU 272: No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

Insta consignar ainda que a autoridade que requisitou o certame detém competência para prover os subsídios técnicos necessários. No caso em tela, a Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, através de sua Subsecretaria de TI, é o órgão competente, eis que as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, a qual detém o conhecimento técnico para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado.

III. DAS DILIGÊNCIAS

Diante do exposto, considerando que se trata de questões estritamente técnicas, encaminho o presente processo, nos termos do, e do subitem **23.11** do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.139/2024, à Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, para análise dos aspectos técnicos recorridos, nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, a fim de subsidiar a decisão deste Pregoeiro.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

Comissão de Pregão II

Os relatórios de Julgamento e Habilitação na íntegra e as demais informações e documentos da contratação podem ser acessados através do link: <https://pncp.gov.br/app/editais/28606630000123/2024/108>.

Após o recebimento da resposta da diligência técnica, a análise do recurso será complementada, com vistas à adoção de decisão fundamentada e alinhada aos princípios da legalidade, vinculação ao edital e segurança jurídica.

Nova Friburgo, 10 de dezembro de 2024.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matrícula nº 206.870



Nova Friburgo, 13 de dezembro de 2024.

Processo Nº 045323/2024

À Secretaria de Secretaria de Infraestrutura e Logística.

Cumprimentando-os cordialmente, Em resposta à diligência solicitada no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90.139/2024, referente à contratação de empresa especializada para o fornecimento de servidores de TI, apresentamos a análise técnica dos pontos levantados pela empresa recorrente PERFIL COMPUTACIONAL LTDA.

Ocorre que, a Recorrente alega que a empresa Recorrida não atendeu integralmente aos requisitos estabelecidos no edital, especificamente aos itens 4.2.1, 4.6.2, 4.5.2, 4.6.3 e 4.5.4.

Reconhecemos que os pontos levantados pela Recorrente estão corretos, uma vez que o edital exige os códigos SKUs para comprovar a originalidade das peças e serviços exigidos no edital. A não apresentação implica na impossibilidade de validar se o componente é original, podendo comprometer a garantia contratada do equipamento. Por exemplo os módulos de memória que acompanham o servidor não tiveram sua comprovação de originalidade apresentada na proposta por meio do SKU.

A instalação física do equipamento deverá ser realizada por técnicos do fabricante, por meio de um serviço contratado do mesmo, comprovado pelo SKU deste serviço. Naturalmente, pela qualidade deste serviço, ele é mais oneroso que um serviço de outra empresa terceirizada ou técnico não certificado. Todavia, é mais seguro, pois o fabricante detém o conhecimento técnico das melhores práticas para implementar a solução. A comprovação da aquisição deste serviço só será possível mediante a apresentação do SKU na proposta ou da declaração do fabricante.

Esses requisitos são comumente encontrados nos editais publicados pelo governo. Essa exigência visa a proteção da aquisição por parte da Prefeitura, uma vez que o fabricante da solução, ao atestar que o Licitante é um fornecedor autorizado, demonstra um compromisso com a entrega e com as exigências editalícias por ambas as partes (Licitante e Fabricante).

A falta de informações claras sobre o SKU ou Partnumber para serviços de instalação e garantia, bem como a ausência de comprovação de que os componentes são novos, compromete a fiscalização da execução contratual, podendo gerar custos adicionais ou atrasos na entrega dos serviços. Já o não cumprimento do prazo de atendimento técnico pode resultar em prejuízos operacionais para a administração pública.

No entanto, por se tratar de comprovações de contratos de garantia, os documentos ou características técnicas questionados podem ser apresentados no momento da entrega do equipamento ou execução do serviço, e não como condição para classificação da proposta, o que não prejudica a manutenção da habilitação da empresa Recorrida no certame.

*Avenida Alberto Braune, nº 225, sala 214, Centro, Nova Friburgo/ RJ, CEP: 28.613-001
Tel: (22) 2525-9234 - (22)2525-9206
e-mail:*

**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURASECRETARIA DE FINANÇAS,
PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E GESTÃO

Contudo, é necessário esclarecer que os referidos requisitos deverão ser apresentados até a data da entrega do serviço ou equipamento contratado. Caso não sejam apresentados no prazo estabelecido, a empresa Recorrida estará em descumprimento contratual, sujeitando-se às penalidades previstas no edital, bem como a eventual invalidação do contrato ou das obrigações decorrentes.

Fico à disposição para discutir quaisquer detalhes adicionais que possam ser necessários para dar andamento a esta solicitação.

Atenciosamente,

Rômulo Cesário Rodrigues

Gestor de T.I

Matr.: 063.613



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

DECISÃO DO RECURSO

PE Nº 90.0139/2024

Processo Licitatório nº 19.945/2024, referente ao Edital do Pregão Presencial nº 90.139/2024, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO de empresa especializada para o fornecimento de servidores de TI com os serviços de instalação, serviço de migração e configuração, certificação e garantia para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.

Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso I, §2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Pregoeiro desta Comissão de Pregão II, instituído pela Portaria nº 689, de 05 de junho de 2024, da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, procedeu ao julgamento do recurso administrativo interposto pela empresa **PERFIL COMPUTACIONAL LTDA.**, doravante denominada Recorrente, contra a habilitação da empresa **PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA.**, doravante denominada Recorrida, no Pregão Eletrônico nº 90.139/2024.

I. RESUMO DO RECURSO

I.a. DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do PE nº 90.139/2024, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa **PERFIL COMPUTACIONAL LTDA.**, doravante denominada Recorrente, contra a decisão do Pregoeiro que classificou a empresa **PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA.**, doravante denominada Recorrida,



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

I.c. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, tempestivamente, por meio do Sistema, apresentou suas contrarrazões rebatendo as alegações do recurso apresentado pela recorrente, conforme as seguintes considerações em síntese:

- i.) Todos os pontos questionados pela Recorrente se referem a comprovações de contratos de garantia, que somente no momento da entrega do equipamento poderá de fato ser comprovado;
- ii.) As razões apresentadas pela Recorrente são infundadas e demonstram desconhecimento, tendo o propósito de atrapalhar o andamento regular do processo licitatório.

II. DAS FUNDAMENTAÇÕES DO PREGOEIRO

O recurso interposto pela Recorrente foi analisado com base no parecer técnico elaborado pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, datado de 13 de dezembro de 2024, que destacou os seguintes pontos:

1. A ausência de informações como SKUs e partnumbers na proposta compromete a validação de originalidade dos componentes e serviços, podendo impactar na execução contratual e nos requisitos de garantia exigidos no edital.
2. Tais informações são indispensáveis para assegurar a qualidade do objeto e evitar prejuízos à Administração, devendo estar incluídas na proposta conforme exigência expressa dos itens do edital questionados.

O parecer técnico conclui que a proposta apresentada pela empresa Recorrida não atendeu integralmente às exigências do edital, corroborando os argumentos da Recorrente.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

Ressalta-se que o Pregoeiro não detém expertise técnica específica para aferir os aspectos levantados no recurso, motivo pelo qual a decisão ora proferida fundamenta-se integralmente no parecer técnico emitido pelo setor competente, conforme previsto no art. 168, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

III. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Diante o exposto, com fulcro no art. 165, §2º, da Lei 14.133/2021, **CONHEÇO** do recurso administrativo interposto pela empresa PERFIL COMPUTACIONAL LTDA., e, no mérito, **CONCEDO-LHE PROVIMENTO**, determinando a inabilitação da empresa PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA. no certame licitatório.

IV. DO RETORNO À FASE DE SELEÇÃO

Fica desde já agendado o retorno à fase de seleção de fornecedores para o dia 07 de janeiro de 2025, às 10h30, no sistema ComprasGov.br.

Nova Friburgo, 26 de dezembro de 2024.

Jonathan Pinheiro Chaves
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matrícula nº 206.870



Relatório de Histórico de Andamento de Atividades










PROTOCOLO

Identificador:	a42af976-4fef-487f-8ae1-a8def175c9e5
Protocolo:	Processo Requerimento Nº 045323/2024
Data:	09/12/2024 16:35:33
Origem:	PERFIL COMPUTACIONAL LTDA *** contatos indisponíveis ***
Contato:	PERFIL COMPUTACIONAL LTDA *** contatos indisponíveis ***
Protocolador:	EVELINE CÂMARA DA FONSECA
Assunto:	RECURSO - LICITAÇÃO
Detalhamento:	Recurso - PE nº 90.139/2024. Processo Administrativo nº 19.945/2024. Empresa: PERFIL COMPUTACIONAL LTDA. CNPJ: 02.543.216/0011-09.

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[Aceita](#) [Arquivada](#) [Concluída](#) [Enviada](#) [Iniciada](#) [Parada](#) [Pausada](#) [Planejada](#)
[Recente/Concluída](#) [Remanejada](#) [Desarquivada](#) [Documento Para Assinar](#) [Documento Assinado](#)

ORIGEM	DESTINO	versão simplificada
<div>LUCIMAR na Remessa 760,089 do(a) FINANÇAS - TI ADMINISTRATIVO em 10/12/2024 16:12:51 disse: "Segue protocolo para as devidas providências."</div>	<div></div>	<div>INFRAESTRUTURA - COMISSAO DE Fase Para Providências Favor tomar as devidas providências conforme solicitado. Aceite em 26/12/2024 11:57:23 Por JONATHAN Concluída Não Concluída Estimativa 1 Hora(s)</div>
<div>LUCIMAR na Remessa 760,089 do(a) FINANÇAS - TI ADMINISTRATIVO em 10/12/2024 16:12:51 disse: "Segue protocolo para as devidas providências."</div>	<div></div>	<div>FINANÇAS - TI ÁREA TÉCNICA Fase Para Providências Favor tomar as devidas providências conforme solicitado. Aceite em 10/12/2024 16:43:43 Por ROMULO Concluída 13/12/2024 16:47:20 Por ROMULO Estimativa 1 Hora(s)</div>
<div>ANTONIO na Remessa 760,009 do(a) INFRAESTRUTURA - COMISSAO DE PREGAO II em 10/12/2024 15:54:28 disse: "Segue protocolo para as devidas providências."</div>	<div></div>	<div>FINANÇAS - TI ADMINISTRATIVO Fase Para Providências Favor tomar as devidas providências conforme solicitado. Aceite em 10/12/2024 16:12:26 Por LUCIMAR Concluída 10/12/2024 16:12:51 Por LUCIMAR Estimativa 1 Hora(s)</div>



Relatório de Histórico de Andamento de Atividades



EVELINE na Remessa **759,994** do(a)
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
em **10/12/2024 15:46:58** disse:

"Segue protocolo para as devidas providências."



INFRAESTRUTURA - COMISSAO DE

[Fase](#)



Para Providências
Favor tomar as devidas providências
conforme solicitado.

Aceite em **10/12/2024 15:51:57** Por **ANTONIO**
Concluída **10/12/2024 15:54:28** Por **ANTONIO**
Estimativa **1 Hora(s)**

ANEXO(S)			
7	ECM Documento Digital Nº 049069/2024 ECM Documento Digital Nº 049069/2024	DECISÃO DE RECURSO - AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ PREGOEIRO	(4 páginas)
6	ECM Documento Digital Nº 045323/2024 ECM Documento Digital Nº 045323/2024	DOCUMENTO DIGITAL	(2 páginas)
4	ECM Documento Digital Nº 045167/2024 ECM Documento Digital Nº 045167/2024	Despacho de encaminhamento para diligências. PE nº 90.139/2024. Processo Licitatório nº 19.945/2024.	(5 páginas)
3	ECM Documento Digital Nº 045166/2024 ECM Documento Digital Nº 045166/2024	Contrarrazões ao Recurso - PE nº 90.139/2024. Processo Administrativo nº 19.945/2024. Empresa: PRIMESTORE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA. CNPJ: 50.359.235/0001-42.	(3 páginas)
2	ECM Documento Digital Nº 045162/2024 ECM Documento Digital Nº 045162/2024	Recurso - PE nº 90.139/2024. Processo Administrativo nº 19.945/2024. Empresa: PERFIL COMPUTACIONAL LTDA. CNPJ: 02.543.216/0011-09.	(6 páginas)
1	ECM Termo de Autuação Nº 045323/2024 ECM Termo de Autuação Nº 045323/2024	Recurso - PE nº 90.139/2024. Processo Administrativo nº 19.945/2024. Empresa: PERFIL COMPUTACIONAL LTDA. CNPJ: 02.543.216/0011-09.	(1 página)